

Regulamento de Candidatura aos Concursos Especiais para Titulares de Cursos de Dupla Certificação de Nível Secundário e Cursos Artísticos Especializados

Ano Letivo 2025/2026

Instituto Politécnico Jean Piaget do Norte
Escola Superior de Desporto e Educação
Jean Piaget de Vila Nova de Gaia
Decreto-Lei n.º 61/2021, de 21 de julho

REGULAMENTO DA CANDIDATURA AOS CONCURSOS ESPECIAIS PARA TITULARES DOS CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO DE NÍVEL SECUNDÁRIO E CURSOS ARTÍSTICOS ESPECIALIZADOS

CAPÍTULO I

Objeto

Artigo 1.º

Objeto

O presente Regulamento define as normas para a candidatura aos ciclos de estudos de licenciatura por titulares dos cursos de dupla certificação de nível secundário e cursos artísticos especializados para a matrícula e inscrição nos ciclos de estudos de licenciatura desta Escola.

CAPÍTULO II

Condições de acesso e ingresso

Artigo 2.º

Condições de Acesso

São condições de acesso à matrícula e inscrição nos ciclos de estudos:

- a) A titularidade de uma das ofertas educativas e formativas de dupla certificação de nível secundário, conferentes do nível 4 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações que a seguir se indicam:
 - i. Cursos profissionais;
 - ii. Cursos de aprendizagem;
 - iii. Cursos de educação e formação para jovens;
 - iv. Cursos de âmbito setorial da rede de escolas do Turismo de Portugal, I. P.;
 - v. Cursos artísticos especializados;
 - vi. Cursos de formação profissional no âmbito do Programa Formativo de Inserção de Jovens da Região Autónoma dos Açores;
 - vii. Cursos artísticos especializados de nível secundário da área da música;
 - viii. Cursos de Estado-Membro da União Europeia, legalmente equivalentes ao ensino secundário português, conferentes de dupla certificação, escolar e profissional, e conferentes do nível 4 de qualificação do Quadro Europeu de Qualificações;
 - ix. Outros cursos não portugueses, legalmente equivalentes ao ensino secundário português, conferentes de dupla certificação, escolar e profissional, nas situações em que os candidatos em causa tenham nacionalidade portuguesa.
 - x. A realização de prova teórica e/ou prática de avaliação de conhecimentos e competências considerados indispensáveis ao ingresso e progressão no curso

Artigo 3.º

Ciclos de estudos a que se podem candidatar

Podem candidatar-se aos 1ºs Ciclos de Estudos em Desporto, Educação Básica e Educação Social os candidatos provenientes das áreas de educação e formação da classificação nacional (CNAEF), respetivamente:

Áreas CNAEF – cursos de dupla certificação e cursos artísticos especializados		Áreas CNAEF – ciclos de estudo de 1.º ciclo	
341	Comércio	813	Desporto
342	Marketing e Publicidade		
343	Finanças, Banca e Seguros		
344	Contabilidade e Fiscalidade		
345	Gestão e Administração		
346	Secretariado e Trabalho Administrativo		
347	Enquadramento na		
380	Organização/Empresa		
811	Direito		
812	Hotelaria e Restauração		
813	Turismo e Lazer		
815	Desporto		
840	Cuidados de Beleza		
862	Serviços de Transporte Segurança e Higiene no Trabalho		
761		142	Ciências da Educação
762	Serviços de Apoio a Crianças e Jovens		
814	Trabalho Social e Orientação		
815	Serviços Domésticos Cuidados de Beleza		
761		762	Trabalho Social e Orientação
762	Serviços de Apoio a Crianças e Jovens		
814	Trabalho Social e Orientação		
815	Serviços Domésticos Cuidados de Beleza		

Artigo 4.º

Condições de Ingresso

São condições cumulativas de ingresso à matrícula e inscrição nos ciclos de estudos a obtenção de classificação igual ou superior a 95 pontos, na escala de 0 a 200:

- a) na classificação final do respetivo curso;
- b) nas provas referidas na alínea b) do n.º 1 do artigo 13.º-C do Decreto-Lei n.º 113/2014, de 16 de julho, na sua redação atual;
- c) nas provas teórica e/ou prática de avaliação de conhecimentos e competências considerados indispensáveis ao ingresso e progressão no curso.

Justiça

CAPÍTULO III

Provas de avaliação de capacidade

Artigo 5.º

Requisitos para a inscrição nas provas de avaliação dos conhecimentos e competências

Podem inscrever -se nas provas de avaliação dos conhecimentos e competências, os candidatos que:

- a) Se encontrem matriculados no último ano de escolaridade do ensino secundário de um dos cursos referidos na alínea a) do artigo 2.º;
- b) Sejam detentores do ensino secundário de um dos cursos referidos na alínea a) do artigo 2.º.

Artigo 6.º

Provas de avaliação dos conhecimentos e competências

1. A avaliação de capacidade a que se refere a alínea c) do artigo 4.º integra uma prova escrita ou uma prova prática, podendo ser realizada em qualquer uma das áreas relevantes para o curso, selecionado pelo candidato no momento da candidatura.
2. Para os titulares dos cursos a que se referem as subalíneas viii e ix do artigo 2.º as provas a que se refere a alínea c) do artigo 4.º podem ser substituídas pelas provas finais homólogas dos respetivos sistemas de ensino, nos termos e condições fixados por deliberação da CNAES.

Artigo 7.º

Nomeação e competência do júri

1. Para a realização das provas, o diretor nomeará um júri composto por docentes da instituição, presidido por um membro do órgão científico. O júri será o responsável por todo o processo de avaliação da capacidade para a frequência do curso.
2. O júri integrará, caso a caso, pelo menos um docente da área da especialização do curso a que o candidato concorre.
3. Ao júri compete:
 - a) Marcar as datas, horas e locais de realização das provas;
 - b) Atribuir as classificações nas provas;
 - c) Tomar a decisão final em relação a cada candidato.
4. A organização interna e funcionamento do júri é da sua inteira competência.

Artigo 8.º

Decisão final e classificação da prova de avaliação dos conhecimentos e competências

1. A decisão final sobre a aprovação ou reprovação dos candidatos é da competência do júri a que se refere o artigo 6.º, o qual atenderá obrigatoriamente à classificação da prova teórica ou prática.
2. Nos casos em que os candidatos obtenham uma classificação entre 8,5 e 9,4 valores na prova teórica ou prática, haverá lugar à realização de uma prova oral.
 - a) No cálculo da classificação final a prova teórica ou prática tem um peso de 70% e a prova oral de 30%.
3. Aos candidatos é atribuída, pelo júri, uma classificação final expressa no intervalo de 0 a 200, considerando-se, para efeitos de seriação, os candidatos com classificação final igual ou superior a 95 pontos.”

Artigo 9.º

Efeitos

1. A aprovação nas provas confere habilitação de acesso para a candidatura à matrícula e inscrição no estabelecimento de ensino superior e o ciclo de estudos para o qual a prova foi realizada;
2. São admitidos à candidatura à matrícula e inscrição num dos cursos em funcionamento na instituição estudantes aprovados em provas de avaliação de capacidade de outros estabelecimentos de ensino superior, desde que as provas realizadas sejam consideradas adequadas para a frequência do ciclo de estudos a que se candidata.

Artigo 10.º

Validade

1. As provas têm exclusivamente o efeito referido no artigo anterior, não lhes sendo concedida qualquer equivalência a habilitações.
2. A aprovação na avaliação da capacidade para a frequência é válida para a candidatura à matrícula e inscrição no ensino superior no ano de aprovação e nos dois anos letivos subsequentes.

CAPÍTULO IV

Candidatura

Artigo 11.º

Prazos

O prazo para a apresentação da candidatura e o calendário geral de realização das provas são fixados pelo diretor da Escola, constando de edital a afixar em local próprio e divulgado através da página *web* da Escola.

Artigo 12.º

Vagas

As vagas são fixadas pelos órgãos legal e estatutariamente competentes, após fixação do número máximo pela tutela, constando de edital a afixar em local próprio e divulgado através da página web da Escola.

Artigo 13º

Contingentes

1. As vagas fixadas para cada curso são distribuídas pelo contingente geral e pelo contingente de preferência regional.
2. As vagas atribuídas ao contingente geral são o resultado da diferença entre o número de vagas fixadas para cada fase e as vagas utilizadas no âmbito do contingente especial.

Artigo 14.º

Fases do concurso

O concurso organiza-se inicialmente numa primeira fase, podendo, em caso de existência de vagas sobranes e por decisão do órgão legal e estatutariamente competente, abrir-se uma ou mais fases de candidatura.

Artigo 15.º

Candidatura

1. A candidatura é apresentada aos Serviços Académicos nos prazos fixados no respetivo calendário definido em Edital e através dos meios definidos para o efeito.
2. A apresentação da candidatura está sujeita ao pagamento dos emolumentos fixados no Regulamento Financeiro.
3. O processo de candidatura é instruído com os seguintes documentos:
 - a) Boletim de candidatura devidamente preenchido;
 - b) Certificado de habilitações;
 - c) Fotocópia simples do bilhete de identidade/cartão de cidadão, se facultada.

Artigo 16.º

Critérios de Seriação

Os candidatos serão seriados através dos resultados obtidos pela aplicação da fórmula de cálculo da nota de candidatura, expressos numa classificação numérica arredondada à primeira casa decimal:

- a) Ponderação de 50 %, da classificação final do curso a que se refere a alínea a) do artigo 4.º;
- b) Ponderação de 20 %, da classificação obtida nas provas a que se refere a alínea b) do artigo 4.º;
- c) Ponderação de 30 % da classificação obtida nas provas a que se refere a alínea c) do artigo 4.º.

Artigo 17.º

Resultado final das Candidaturas

O resultado final de cada candidato, após seriação, exprime-se através de uma das seguintes situações:

- a) Colocado;
- b) Não colocado;
- c) Excluído.

Artigo 18.º

Publicação da decisão

1. O resultado final é divulgado através de listas afixadas na Escola e publicadas na página web da Escola no prazo fixado no Edital.
2. A menção da situação de excluído da candidatura e de não colocado é acompanhada da respetiva fundamentação legal.

Artigo 19.º

Reclamação da decisão final

1. Do resultado final podem os candidatos apresentar reclamação devidamente fundamentada, no prazo de 3 dias úteis após a fixação da lista de colocações, mediante exposição dirigida ao Diretor da Escola.
2. A reclamação poderá ser entregue em mão nos Serviços Académicos da Escola ou por via postal registada com aviso de receção.
3. A decisão sobre a reclamação é proferida no prazo de 2 dias úteis e comunicada ao interessado por escrito com a respetiva fundamentação.

CAPÍTULO V

Matrícula e Inscrição

Artigo 20.º

Matrícula e inscrição

1. O candidato colocado num determinado ciclo de estudos deverá proceder à respetiva matrícula e inscrição no prazo fixado no Edital.
2. A colocação apenas tem efeito no ano letivo a que se refere, pelo que o direito à matrícula e inscrição caduca com o seu não exercício dentro do prazo fixado no Edital.

Artigo 21.º

Erro dos Serviços

1. Quando, por causa não imputável direta ou indiretamente ao candidato, não tenha havido colocação, ou esta tenha ocorrido em desconformidade com o resultado aplicável ao caso concreto, o candidato é colocado pelo estabelecimento de ensino no

curso em que teria obtido colocação, mesmo que para esse fim seja necessário criar vaga adicional.

2. A retificação poderá ser desencadeada por iniciativa do candidato, no âmbito do processo de reclamação, ou por iniciativa da Escola.
3. A retificação abrange o candidato a respeito do qual o erro se verificou e não afeta os restantes candidatos, colocados ou não.

Artigo 22.º

Casos Omissos

As dúvidas e casos omissos são resolvidos pelo/a Diretor/a, ouvido o órgão estatutariamente competente e de acordo com a legislação aplicável.

Artigo 23.º

Emolumentos e Propinas

Os montantes a pagar pela candidatura, inscrição e frequência dos ciclos de estudo, bem como os emolumentos, são estabelecidos no Regulamento Financeiro.

Aprovado em reunião de Conselho Técnico-Científico a 20/10/2025

Aprovado em reunião de Conselho Pedagógico a 17/10/2025

Homologado pela Diretora a 20/10/2025

A Diretora



(Prof.ª Doutora Ana Isabel Pinto)